

RESENHA ECONÔMICA

QUADROS E COMENTÁRIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL

12

12ª Edição

JUROS, INFLAÇÃO E CRESCIMENTO: O QUE ESPERAR DA ECONOMIA

18 DE SETEMBRO DE 2026



SOBRE ESSA RESENHA ECONÔMICA



Esta publicação possui **finalidade exclusivamente educacional e informativa**, reunindo indicadores, notícias e análises sobre a economia brasileira e internacional, extraídos de fontes públicas e amplamente acessíveis, como boletins econômicos, relatórios financeiros, revistas especializadas e veículos de imprensa. Seu objetivo é oferecer um **panorama atualizado dos principais temas econômicos**, contribuindo para a compreensão das tendências, riscos e possíveis impactos sobre empresas, mercados e a economia.

As informações apresentadas constituem uma **compilação de diferentes fontes e visões de mercado**, não representando opinião ou análise formal da **ANEFAC** ou da **ADVB**.

Notícias, imagens, gráficos e demais conteúdos de terceiros são utilizados exclusivamente como **referência para análise e debate econômico**, permanecendo os respectivos **direitos autorais** pertencentes aos seus titulares.

O conteúdo restringe-se à análise de cenários econômicos, **sem abordagem de questões de natureza político-partidária**.

Boletim FOCUS semanal



Boletim FOCUS de 11-set-26 - publicado em 14-set-26

ANO	PROJEÇÕES		VAR%
	HÁ 1 SEMANA	SEMANA ATUAL	

INFLAÇÃO
META
BACEN

TOLERANCIA	
ABAIXO	ACIMA
-1,50%	1,50%

IPCA - INFLAÇÃO

2026	5,00%	4,90%	-0,10%	↓
2027	4,29%	4,30%	0,01%	↑
2028	3,80%	3,80%	0,00%	==
2029	3,50%	3,50%	0,00%	==

3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%
3,00%	1,50%	4,50%

PIB BRASIL

2026	1,93%	1,89%	-0,04%	↓
2027	1,50%	1,45%	-0,05%	↓
2028	1,96%	1,87%	-0,09%	↓
2029	2,00%	2,00%	0,00%	==



Focus - Relatório de Mercado

Pesquisa diária sobre o cenário econômico com 140 instituições financeiras – bancos, gestoras de recursos, consultorias e associações.

CÔRES NAS VARIAÇÕES

- é bom
- é neutro
- não é bom

SELIC no final do ano

2026	13,75%	13,75%	0,00%	==
2027	12,00%	12,00%	0,00%	==
2028	10,50%	10,50%	0,00%	==
2029	10,00%	10,00%	0,00%	==

Inflação melhora, mas segue acima do limite

A projeção do IPCA de 2026 caiu para 4,9%, terceira redução consecutiva. Mesmo assim, permanece 0,4 ponto percentual acima do teto de 4,5%, o que recomenda cautela.

Expectativas ainda desancoradas

Para 2027, a projeção subiu para 4,3%, muito próxima do teto da meta. A melhora de curto prazo ainda não representa convergência firme e duradoura para o centro de 3%.

Crescimento perde força

O mercado reduziu a estimativa do PIB de 2026 e também revisou 2027 e 2028 para baixo. O quadro combina inflação resistente com atividade econômica em desaceleração.

Juros devem permanecer elevados

A Selic projetada em 13,75% no fim de 2026 e 12% em 2027 mostra que o mercado prevê uma redução lenta. Novos cortes dependerão da inflação, das expectativas e do risco fiscal.

Leitura central

O cenário melhorou na margem, porém continua desconfortável: inflação acima da meta, crescimento mais fraco e juros altos por período prolongado.

Para as famílias

Crédito caro e renda comprometida limitam consumo e compras financiadas. A desaceleração dos preços de alimentos e energia ajuda, mas parte desse alívio pode ser temporária.

Para as empresas

O custo de capital seguirá pressionando investimentos, estoques e capital de giro. Empresas endividadas ficam mais expostas à queda de demanda e ao refinanciamento caro.

Ponto de atenção

A melhora do IPCA precisa aparecer também nos núcleos e nas expectativas futuras. Sem isso, o Banco Central terá pouco espaço para acelerar a queda da Selic.

DATAS DAS REUNIÕES 2026 COPOM-BRASIL E FOMC-EUA



BRASIL

COPOM

1	276 ^a	27 e 28 de janeiro
2	277 ^a	17 e 18 de março
3	278 ^a	28 e 29 de abril
4	279 ^a	16 e 17 de junho
5	280 ^a	4 e 5 de agosto
6	281 ^a	15 e 16 de setembro
7	282 ^a	3 e 4 de novembro
8	283 ^a	8 e 9 de dezembro

ESTADOS UNIDOS

FOMC

1	27 e 28 de janeiro
2	17 e 18 de março
3	28 e 29 de abril
4	16 e 17 de junho
5	28 e 29 de julho
6	15 e 16 de setembro
7	27 e 28 de outubro
8	8 e 9 de dezembro

NESSAS DATAS SÃO DECIDIDAS AS TAXAS DE JUROS

Copom em 3 e 4 de novembro

O mercado observará se a inflação continua cedendo, se a atividade perde mais força e se as expectativas para 2027 melhoram. O cenário-base favorece manutenção ou corte pequeno.

FOMC em 27 e 28 de outubro

Depois da alta para 3,75% a 4%, o Fed deverá avaliar inflação, petróleo, tarifas e mercado de trabalho. Nova alta aumentaria a pressão sobre juros e câmbio no mundo.

Reuniões de dezembro

As decisões de 8 e 9 de dezembro serão importantes para indicar o ponto de partida de 2027. A comunicação dos bancos centrais poderá ser tão relevante quanto a decisão sobre a taxa.

O que acompanhar até lá

Inflação corrente e expectativas, atividade, emprego, contas públicas, petróleo e câmbio. Surpresas nesses indicadores podem alterar rapidamente as projeções.

TAXA DE JUROS - BRASIL E USA



TAXA SELIC

BC baixa juros pela quinta vez seguida, para 13,75%, mas nova queda é incerta

Nos EUA, primeira alta desde 2023 mira segurar inflação e pode ter efeitos no Brasil

BC reduz juros a 13,75% ao ano antes das eleições e deixa futuro em aberto

Copom corta taxa básica em 0,25 ponto pela quinta vez após observar recuo de preços e moderação da atividade econômica; em movimento oposto, Fed eleva juros nos EUA

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Copom (Comitê de Política Monetária) decidiu por unanimidade, nesta quarta (16), reduzir pela quinta vez seguida a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, de 14% para 13,75% ao ano, na última reunião antes das eleições presidenciais.

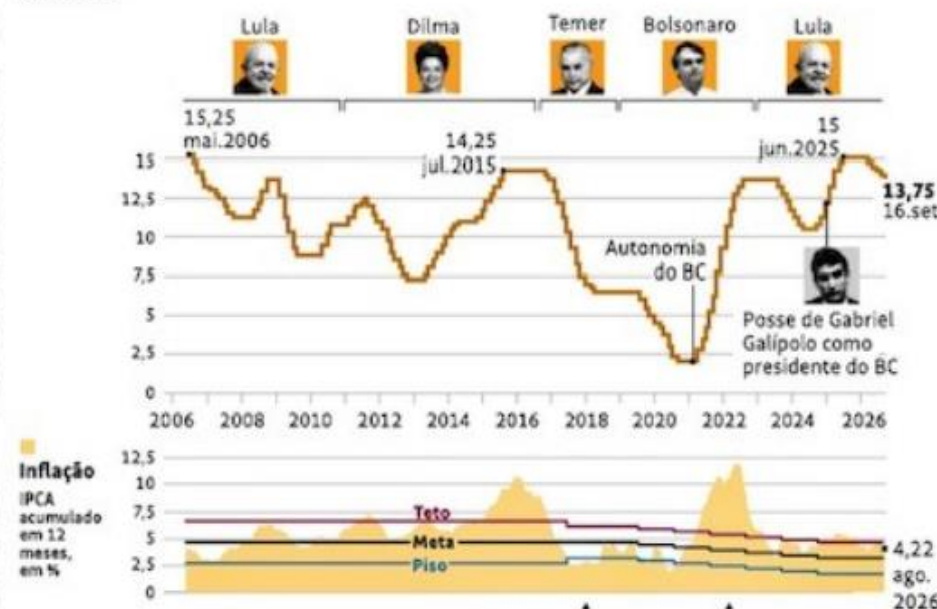
O colegiado do Banco Central evitou antecipar seus próximos passos e repetiu que, devido aos riscos associados à evolução dos preços, o tamanho total do ciclo de queda de juros será definido "à luz de novas informações" com o objetivo de levar a inflação à meta de 3%.

O comitê voltou a fazer um comunicado mais sintético depois dos ruídos provocados em junho e não trouxe grandes novidades no texto. Entre as poucas mudanças, reconheceu que houve recuo de preços e moderação da atividade econômica desde o encontro anterior, em agosto.

O Copom defendeu "serenidade e cautela" na condução dos juros diante de um contexto de maior incerteza, com expectativas de inflação distantes do alvo e riscos elevados para suas projeções. Reafirmou que acompanhará a evolução do cenário "de forma a manter a restrição adequada" da Selic para cumprir seu objetivo de controle da inflação.

Evolução da taxa básica de juros

Em % ao ano



Quando a expectativa é de inflação em queda, com perspectiva de encerrar o ano dentro da meta, o BC pode reduzir os juros, o que ajuda também a estimular a economia

Quando existe expectativa de que a inflação fique acima da meta, o Copom (Comitê de Política Monetária) pode subir os juros com o objetivo de reduzir o estímulo à atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços

Fontes: Banco Central, Bloomberg e IBGE

Jornal FOLHA 17-set

QUINTO CORTE

Selic recua a 13,75%. BC, porém, não sinaliza próximos passos, citando cenário de risco

THIÁIS BARCELLOS
E PAULO RENATO NEPOMUCENO
economiaproglobe.com.br
BRASIL/ESP

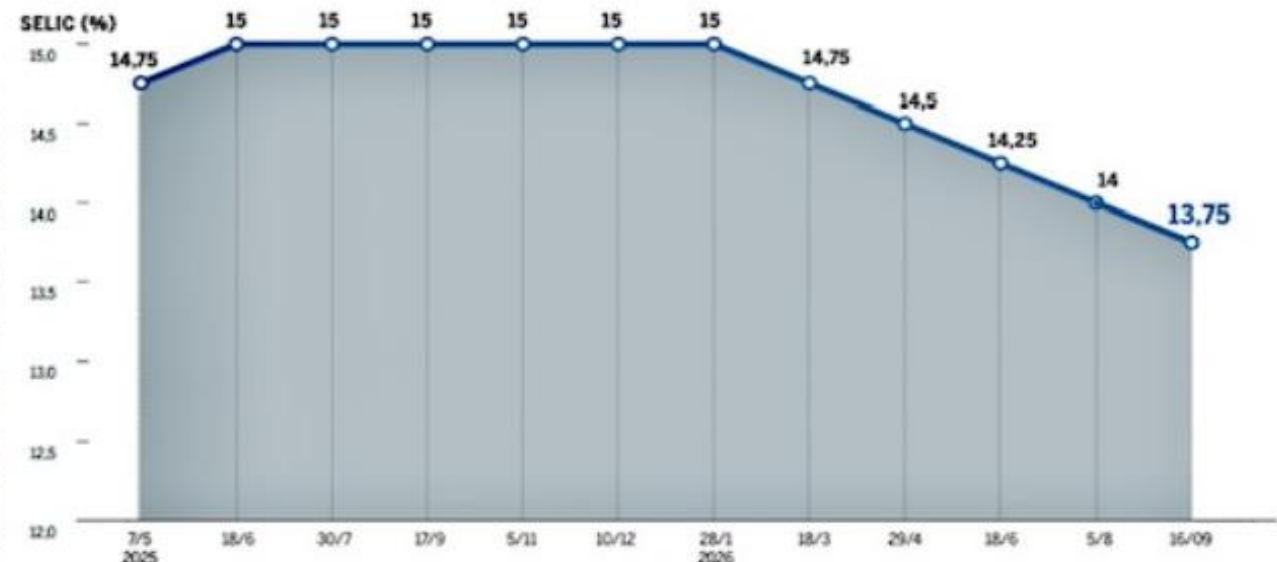
O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central efetuou ontem o quinto corte consecutivo da Taxa Selic, de 0,25 ponto percentual, para 13,75% ao ano, em sua última reunião antes das eleições presidenciais. Os juros básicos da economia estão agora no menor nível desde março de 2025 (13,25%).

A decisão foi unânime e já era esperada pelo mercado. Segundo levantamento realizado pelo Valor Pro com 120 instituições financeiras e consultorias, 118 projetavam uma redução de 0,25 ponto, e apenas duas esperavam manutenção em 14% ao ano.

Em um comunicado sucinto, o BC citou a desaceleração recente da atividade econômica e dos preços, mas manteve a postura de não dar sinalizações para as próximas reuniões, devido aos riscos em torno do cenário inflacionário e da incerteza acima do usual.

Trajetória dos juros

Jornal GLOBO 17-set



IBC-Br*
Em julho, o indicador
recuou **0,2%**, com quedas de



1,2%
na agropecuária



e **0,4%**
na indústria

FONTE: BANCO CENTRAL
*CONSOLIDADO UMA PRÉVIA DO PIB

Celso Ming

celso.ming@estadao.com

Juros caem em conta-gotas

O comportamento indecente do Supremo aponta para enorme insegurança jurídica. Se isso é como foi no tribunal maior, o que não será nas instâncias inferiores? O ministro Flávio Dino reconheceu terça-feira que a corrupção nunca foi tão espalhada como agora no sistema judiciário do País.

Mas essa incerteza, ainda que gravíssima e com possíveis consequências para a economia, não entrou em consideração na decisão do Copom, entre as outras graves incertezas que cercam a economia do Brasil e do mundo.

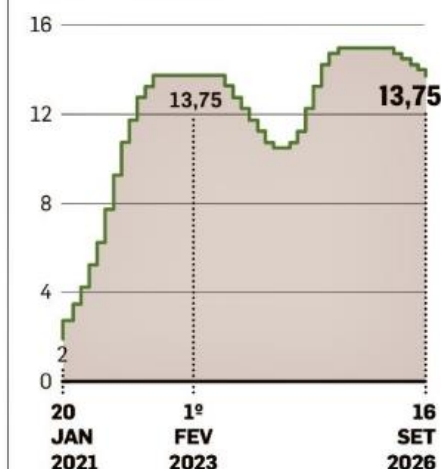
básicos (Selic) em 0,25 ponto porcentual, para 13,75% ao ano, graças a certa retração da inflação que, no entanto, não tende a se repetir.

No comunicado divulgado após a reunião, o Copom reiterou que o ambiente permanece incerto, o que exige “serenidade e cautela da política monetária”.

A questão de fundo nem é a existência de incertezas, mas a ordem de grandeza dessas incertezas. Se essa é a densidade da neblina, mais complicado fica a calibragem dos juros destinada a combater a inflação.

SELIC

EVOLUÇÃO DOS JUROS BÁSICOS EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Jornal ESTADÃO 17-set

Política monetária Superquarta

Jornal ESTADÃO 17-nov

Decisão de aumentar taxas coloca presidente do Fed na mira de Trump

Indicado pelo republicano, que ontem exigiu uma queda 'rápida' dos juros, Kevin Warsh deve ser pressionado

WASHINGTON

A alta dos juros promovida ontem pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) coloca o presidente da instituição, Kevin Warsh, indicado por Donald Trump, sob pressão.

A decisão de ontem contrariou o republicano, que defende taxas menores desde que iniciou seu novo mandato na Casa Branca. "As taxas de juros nos Estados Unidos deveriam ser de 1% ou menos", afirmou Trump após a divulgação da decisão do Fed. "Reduzam as taxas de juros dos EUA, e rápido!", escreveu o presidente dos EUA na Truth Social, sua rede social, sem citar Warsh, que assumiu o cargo em maio.



Kevin Warsh, após entrevista coletiva, em Washington; ele preferiu não polemizar com Trump

"As taxas de juros nos Estados Unidos deveriam ser de 1% ou menos. Reduzam as taxas de juros dos EUA, e rápido!"

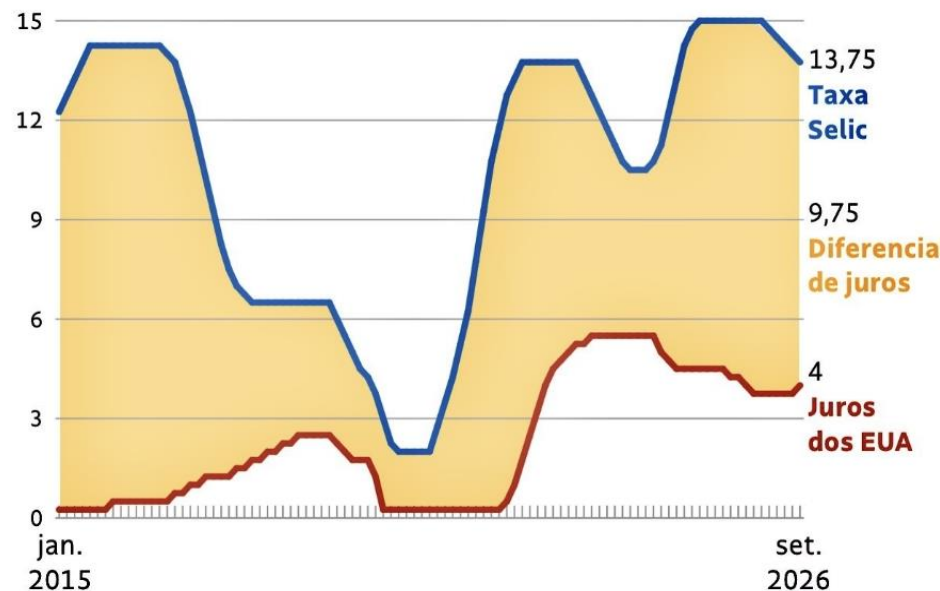
Donald Trump
Presidente dos EUA

Fed contraria Trump e eleva juros nos EUA pela primeira vez desde julho de 2023

Alta de 0,25 ponto, para a faixa entre 3,75% e 4%, ocorre após inflação atingir pico em 4 meses; presidente diz que taxa deveria estar em 1%

Diferença entre os juros de Brasil e EUA

Em pontos percentuais



Fonte: Banco Central do Brasil e Federal Reserve

Jornal FOLHA
17-set

Christian Policeno

SÃO PAULO O Fed (Federal Reserve), o banco central dos Estados Unidos, aumentou a taxa básica de juros nesta quarta-feira (16) em 0,25 ponto percentual, para a faixa entre 3,75% e 4%. A decisão, tomada por unanimidade com 12 votos a 0, marca a primeira alta dos juros desde julho de 2023, em decisão já esperada.

Em comunicado, o Fed afirmou que a atividade econômica americana segue em expansão, com gastos domésticos resilientes apesar da incerteza gerada por fatores geopolíticos. O órgão destacou ainda o crescimento forte da produtividade, os investimentos de capital robustos e um mercado de trabalho estável, com a criação de empregos acompanhando o crescimento da força de trabalho.

Já em relação aos preços, a autoridade monetária reconheceu que a inflação segue elevada e afirmou que a decisão desta quarta (16) contribuirá para acelerar o retorno à meta de 2%.

Embora o presidente Donald Trump tivesse prometido reduzir os preços durante seu mandato, o impacto combinado das tarifas sobre importações, o choque energético após o início da guerra do Irã, com o petróleo cotado acima de US\$ 100, e os investimentos relacionados à inteligência artificial mantiveram as pressões sobre os preços.

COMENTÁRIOS SELIC E TAXA NOS EUA



Movimentos opostos

O Copom reduziu a Selic para 13,75%, enquanto o Fed elevou a taxa para 3,75% a 4%. O Brasil iniciou uma flexibilização cautelosa, e os EUA voltaram a combater pressões inflacionárias.

Diferencial ainda elevado

Considerando o teto da faixa americana, a diferença nominal é de 9,75 pontos percentuais. Esse diferencial favorece ativos brasileiros, mas vem diminuindo.

Por que o Brasil paga mais

A inflação e as expectativas brasileiras continuam acima da meta. O risco fiscal e a necessidade de atrair capital também exigem juros reais mais altos.

Espaço limitado para cortes

Se o Fed mantiver ou elevar juros, o Banco Central brasileiro terá menos liberdade para reduzir a Selic rapidamente sem pressionar o real e a inflação.

COMENTÁRIOS SELIC E TAXA NOS EUA



Câmbio

Juros maiores nos EUA tornam o dólar e os títulos americanos mais atraentes. A possível saída de recursos de mercados emergentes pode depreciar o real.

Inflação brasileira

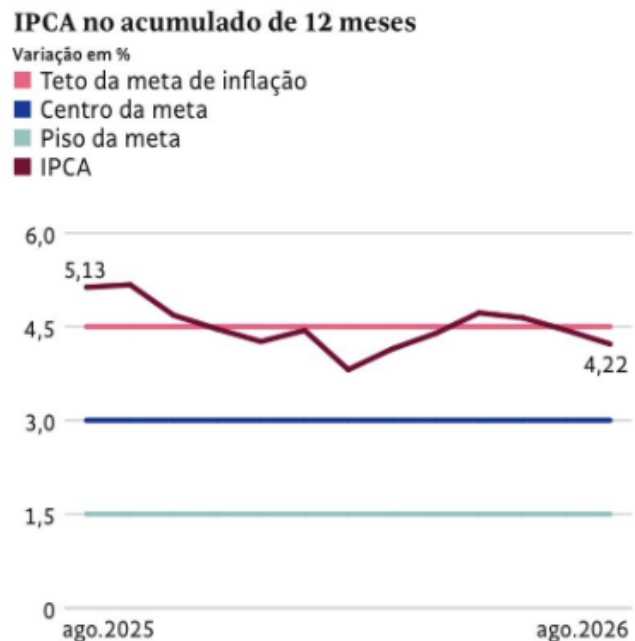
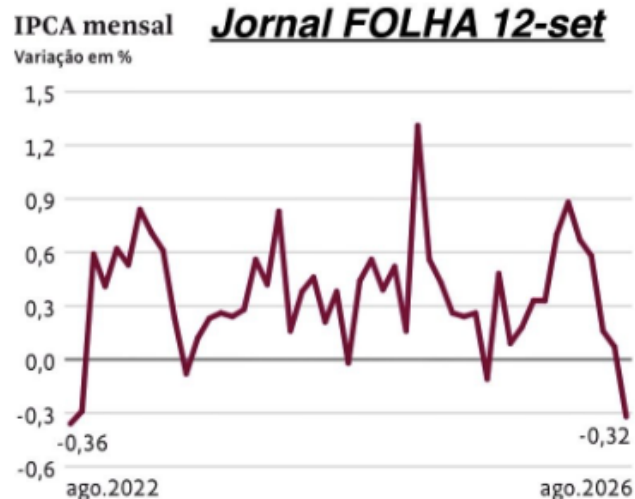
Um real mais fraco encarece combustíveis, insumos, máquinas e produtos importados. Esse efeito pode interromper parte da melhora recente do IPCA.

Atividade e empresas

O crédito externo fica mais caro e a demanda mundial pode desacelerar. Empresas com dívida em dólar ou dependência de importações enfrentam maior risco financeiro.

Contrapesos

O amplo diferencial de juros ainda pode sustentar entradas de capital. Exportadores também podem ganhar competitividade, sobretudo se os preços das commodities permanecerem firmes.



IPCA cai 0,32% com bônus de Itaipu em agosto e tem maior deflação em 4 anos

Inflação acumulada em 12 meses desacelera e reforça expectativa de novo corte de juros de 0,25 ponto percentual na semana que vem

Variação dos alimentos em agosto

PRINCIPAIS QUEDAS

Batata-inglesa -19,89%
Cenoura -11,22%
Cebola -11,07%
Tomate -10,94%
Ovo de galinha -4,15%
Café moído -1,86%

PRINCIPAIS ALTAS

Leite longa vida 1,78%
Frutas 0,84%
Carnes 0,61%

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) teve deflação em agosto ao registrar taxa de -0,32%, apontam dados divulgados nesta sexta (11) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado foi puxado para baixo pela queda da conta de luz (-7,63%) sob impacto temporário do bônus de Itaipu e reforça a expectativa de novo corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária).

Além da energia, também houve reduções nos preços da passagem aérea (-13,17%) e de parte dos alimentos e combustíveis. É a primeira deflação do IPCA em um ano, desde agosto de 2025 (-0,11%), e a maior em quatro anos, desde agosto de 2022 (-0,36%).

A queda foi mais intensa do que a prevista na mediana das projeções do mercado financeiro. A estimativa era de -0,28%, segundo a Bloomberg.

QUEDA NOS PREÇOS

IPCA tem maior deflação para agosto em 4 anos por bônus de Itaipu e recuo de alimentos

Jornal GLOBO 12-set

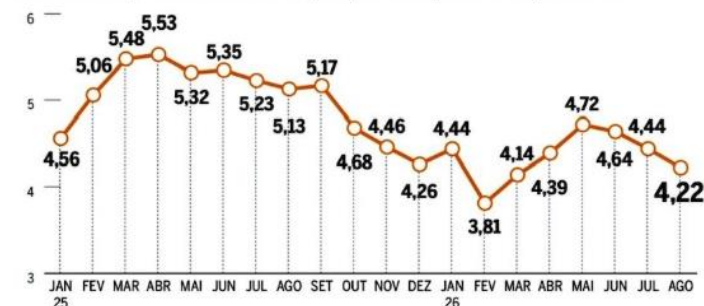
A variação do indicador

IPCA NO MÊS (variação em um mês, em %)

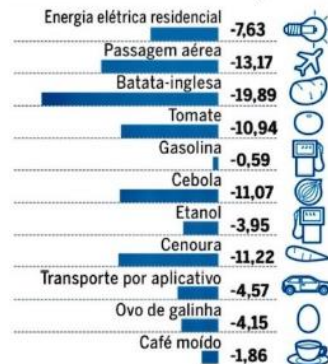


IPCA EM 12 MESES (variação acumulada em %)

A meta contínua de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e perseguida pelo Banco Central (BC), considera a variação em 12 meses, e está fixada em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.



MAIORES IMPACTOS DE BAIXA (% no mês)



MAIORES IMPACTOS DE ALTA (% no mês)



FONTE: IBGE

VINICIUS NEDER

vinicius.neder@oglobo.com.br

A inflação deu um sossego no mês passado. O IPCA, índice oficial, recuou 0,32%, a maior deflação mensal em quatro anos, desde agosto de 2022, informou ontem o IBGE. O resultado, melhor do que o previsto pelo mercado (-0,28%), foi puxado por um fato pontual, um desconto na conta de luz, e pela queda de 0,34% do grupo “alimentação e bebidas”, que acumulou três meses seguidos de queda.

Deflação mensal relevante

O IPCA caiu 0,32% em agosto, melhor que a expectativa do mercado. Foi a maior deflação para o mês em quatro anos e levou a taxa em 12 meses para 4,22%.

Energia teve efeito temporário

O bônus de Itaipu reduziu a conta de luz e respondeu por parcela importante da queda. Esse efeito não deve ser interpretado como redução permanente da inflação.

Alimentos ajudaram

A queda de 0,34% em alimentação e bebidas, pelo terceiro mês, trouxe alívio ao orçamento das famílias. Produtos in natura lideraram as reduções.

Sinal positivo, com cautela

O resultado reforça o processo de desinflação, mas a análise deve separar fatores pontuais da tendência de serviços, núcleos e expectativas.

IPCA voltou ao intervalo da meta

A inflação acumulada de 4,22% ficou abaixo do teto de 4,5%. É uma melhora importante, embora ainda distante do centro de 3%.

Efeito sobre a Selic

O dado abriu espaço para o corte de 0,25 ponto percentual realizado pelo Copom. A continuidade do ciclo dependerá de resultados mais disseminados e persistentes.

Riscos de reversão

A devolução do desconto na energia, um dólar mais forte, petróleo elevado e expansão fiscal podem pressionar os próximos índices.

Mensagem principal

A inflação corrente melhorou mais rapidamente que as expectativas futuras. Por isso, a política monetária deverá continuar restritiva e prudente.

RETRATO DA CRISE



Revista VEJA 05-set

O RETRATO DE CRISE

*A economia dá sinais de esgotamento com
recordes de endividamento, recuperações
judiciais e inadimplência*

0,5%

É QUANTO O PIB CRESCER NO
SEGUNDO TRIMESTRE

0,4%

É QUANTO O CONSUMO DAS FAMÍLIAS
CAIU NO PERÍODO

82%

DAS FAMÍLIAS
ESTÃO ENDIVIDADAS

6 388

EMPRESAS ENCONTRAM-SE EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

4,9%

É A TAXA DE INADIMPLÊNCIA*

2,2

BILHÕES DE REAIS É O TOTAL DE
COMPRAS DE IMÓVEIS CANCELADAS
ATÉ JUNHO

*Inadimplência média entre empresas e pessoas físicas

Fontes: IBGE, CNC, RGF, construtoras

CASO MASTER



Supervisão Nova rodada amplia impactos do colapso do ecossistema de Vorcaro no setor financeiro; processo pode não ter acabado

Com Trustee e Banvox, BC liquida 15 instituições ligadas ao caso Master

Onda de liquidações

Instituições que sofreram intervenção do BC desde 2025

Jornal VALOR 04-set

● Instituições ligadas ao caso Master

	Quando	De quem era
Banco Master	18/11/2025	Daniel Vorcaro
Banco Master de Investimento	18/11/2025	Daniel Vorcaro
Letsbank	18/11/2025	Daniel Vorcaro
Master Corretora	18/11/2025	Daniel Vorcaro
Reag (CBSF DTVM)	15/01/2026	José Carlos Mansur
Will Financeira (Will Bank)	21/01/2026	Daniel Vorcaro
Banco Pleno	18/02/2026	Augusto Lima
Pleno DTVM	18/02/2026	Augusto Lima
Banco Master Múltiplo	17/03/2026	Daniel Vorcaro
Entrepay Instituição de Pagamento	27/03/2026	Antônio Carlos Freixo Jr.
Aquio Adquirência Instituição de Pagamento	27/03/2026	Antônio Carlos Freixo Jr.
Octa Sociedade de Crédito Direto	27/03/2026	Antônio Carlos Freixo Jr.
Sefer Investimentos DTVM	26/06/2026	Benjamim Botelho de Almeida*
Trustee DTVM	03/09/2026	Maurício Quadrado
Banvox DTVM	03/09/2026	Maurício Quadrado
Advanced Corretora de Câmbio	15/01/2026	Francisco Castro e Ricardo Cardoso
Dank Sociedade de Crédito	11/03/2026	Alceu Vidau Oldenburg
Creditag**	16/04/2026	
Frente Corretora de Câmbio	30/04/2026	Daniela Fátima Bernardi Marchiori e Altino Pavan
Simpala Consórcios	14/08/2026	Flávio Augusto Degrazia Vianna e Glaucio Klug Vieira
Simpala Crédito	14/08/2026	Flávio Augusto Degrazia Vianna e Paulo Cesar Rutzen

Fontes: Banco Central e Valor *Segundo o MPF **Cooperativa, não tem um controlador

Álvaro Campos, Adriana Cotias, Lais Godinho e Eulina Oliveira
De São Paulo

O Banco Central (BC) decretou ontem a liquidação extrajudicial da Trustee e da Banvox DTVM, administradoras de fundos ligadas ao ecossistema do Banco Master, aumentando para 21 o número de instituições que sofreram intervenção na gestão de Gabriel Galípolo na autoridade monetária. Desse total, 15 estão atreladas às irregularidades esquematizadas por Daniel Vorcaro.

Na esteira das operações policiais Compliance Zero, que apura as irregularidades do Master, e Carbono Oculto, que apura a infiltração do crime organizado na economia real, o Banco Central vem promovendo um amplo processo de depuração no sistema financeiro brasileiro. Com outras DTVMs menores que orbitavam o Master e já foram alvo da Polícia Federal ainda em funcionamento, é provável que esse trabalho não tenha terminado.

As liquidações da Trustee e da Banvox, segundo o BC, foram motivadas “pela existência de graves violações às normas legais que disciplinam as atividades das instituições”.

A CONTA DOS JUROS ALTOS

Despesas financeiras das empresas sobem 12% no 2º trimestre, um gasto de R\$ 99 bi

O impacto da Selic

Devido ao patamar elevado da taxa básica de juros, o lucro líquido não refletiu o aumento das receitas no 2º trimestre nas 268 companhias listadas na B3* (Em R\$ bilhões)



*EXCETO PETROBRAS E CASAS BAHIA

FONTE: CONSULTORIA ELOS AYTA

** ANTES DO PAGAMENTO DOS IMPOSTOS E GASTOS FINANCEIROS

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

A temporada de balanços do segundo trimestre de 2026 revelou o peso dos juros de 14% e da desaceleração da economia no desempenho das empresas brasileiras de capital aberto. Um levantamento feito pela consultoria Elos Ayta a pedido do GLOBO mostra que as despesas financeiras de 268 empresas listadas na B3, com exceção de Petrobras e Casas Bahia, subiram 12,09% no período, consumindo R\$ 99,4 bilhões do caixa — R\$ 10,7 bilhões a mais do que no mesmo trimestre do ano passado — para pagamento das dívidas.

Como consequência direta, o lucro líquido consolidado desse conjunto de empresas cresceu apenas 3,9% no trimestre passado, de R\$ 48,9 bilhões para R\$ 50,8 bilhões, na comparação com o mesmo período de 2025.

Contas públicas Projeções

Desembolso de R\$ 1 tri com juros da dívida deve ser o 'novo normal'

Prêmio de risco para financiar rombo fiscal cresce com estímulos econômicos e ajuste modesto pelo lado das despesas do governo

EDUARDO LAGUNA
RENATA PEDINI

Nos últimos anos, estímulos econômicos, combinados a ajustes modestos nas despesas e à abertura de exceções que enfraqueceram a credibilidade do arcabouço fiscal, elevaram o prêmio de risco exigido pelos investidores para financiar a dívida brasileira. Os riscos fiscais também contribuíram para juros mais altos nas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom), responsável por definir a Selic, taxa à qual está indexada mais da metade (56,3%) da dívida pública.

NO VERMELHO

Governos de todo o mundo acumulam dívidas que já superam o PIB

Pelo mundo Dívidas do governo geral em países

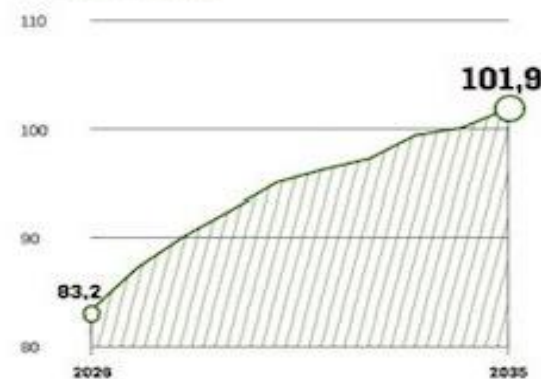
PAÍS	PREVISÕES PARA 2027 EM PORCENTAGEM DO PIB
JAPÃO	200,1
SINGAPURA	172,7
BAHREIN	154,5
ITÁLIA	138,8
UCRÂNIA	137,1
GRÉCIA	130,3
ESTADOS UNIDOS	128,6
FRANÇA	120,5
CHINA	112,5
BÉLGICA	111,5
CANADÁ	109,5
REINO UNIDO	104,1
BRASIL	100

*MÉDIA DAS EXPECTATIVAS DE ECONOMISTAS DO MERCADO PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL EM 28/06/2026

Jornal ESTADÃO 7-set

Em alta Projeção do incremento da dívida brasileira

EM PORCENTAGEM DO PIB*



FONTES: FISCAL MONITOR, DO FMI E BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Venda de veículos cresce 22% em agosto, diz Anfavea

Foi o melhor desempenho para o mês desde 2013, mas importações da China e queda nas exportações preocupam

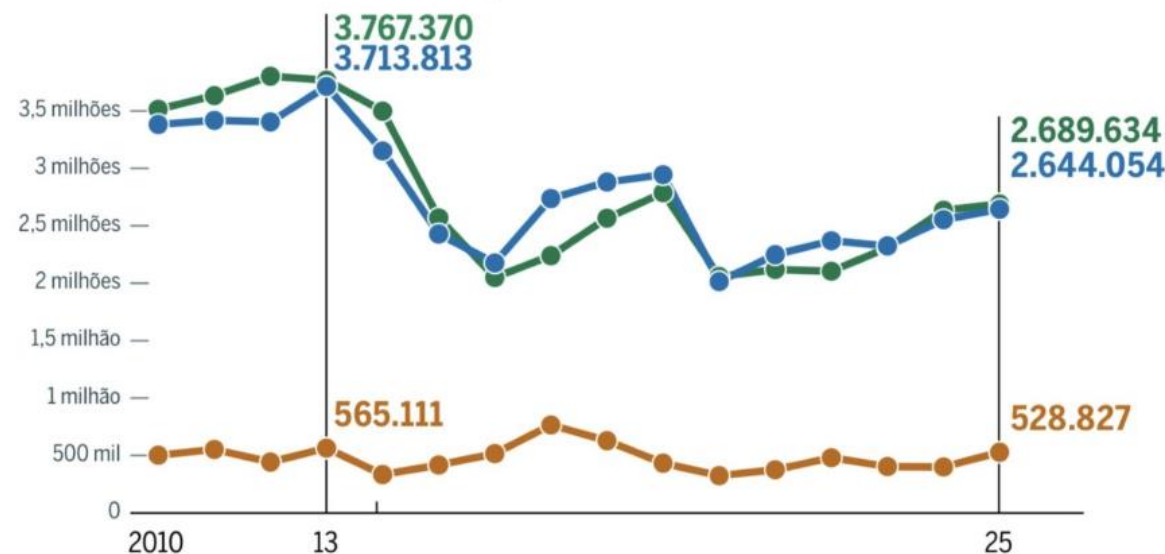
O desempenho da indústria automotiva

Jornal GLOBO 09-set

PRODUÇÃO
(DE AUTOMÓVEIS, COMERCIAIS LEVES, ÔNIBUS E CAMINHÕES, EM UNIDADES)

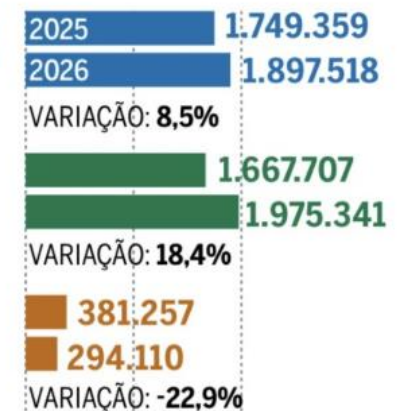
VENDAS NO BRASIL
(EMPLACAMENTOS, EM UNIDADES)

EXPORTAÇÕES
(DE AUTOMÓVEIS, COMERCIAIS LEVES, ÔNIBUS E CAMINHÕES, EM UNIDADES)



FONTE: ANFAVEA

**Janeiro a Agosto
2025 vs. 2026**



0 1 milhão 2 milhões

Atividade com sinais de esgotamento

PIB fraco, consumo das famílias em queda, endividamento de 82% e inadimplência de 4,9% indicam menor capacidade de gasto e maior vulnerabilidade financeira.

Juros comprimem resultados

Nas 268 companhias analisadas, as despesas financeiras cresceram 12%, para R\$ 99,4 bilhões. O lucro líquido avançou somente 3,9%, apesar do aumento da receita.

Custo fiscal elevado

O desembolso anual próximo de R\$ 1 trilhão com juros reduz espaço para políticas públicas e investimentos. Risco fiscal maior mantém o prêmio exigido pelos investidores.

Ciclo que se retroalimenta

Dívida pública, juros altos e baixo crescimento se reforçam. Melhorar a credibilidade fiscal ajudaria a reduzir o prêmio de risco e facilitaria a queda sustentável da Selic.

Sistema financeiro sob depuração

As liquidações ligadas ao caso Master reforçam a importância de governança, controles, transparência e supervisão. O episódio recomenda atenção à concentração e ao risco de contraparte.

Setor automotivo cresce no mercado interno

As vendas avançaram 8,5% entre janeiro e agosto, e agosto teve o melhor resultado para o mês desde 2013. O consumo doméstico mostra resiliência em alguns segmentos.

Produção e exportações preocupam

A produção recuou 18,4% e as exportações caíram 22,9%. Importações chinesas e menor demanda externa limitam o benefício do aumento das vendas internas.

Prioridades empresariais

Preservar caixa, revisar endividamento, acompanhar clientes e fornecedores e proteger margens. O ambiente combina demanda seletiva com crédito caro e maior risco financeiro.

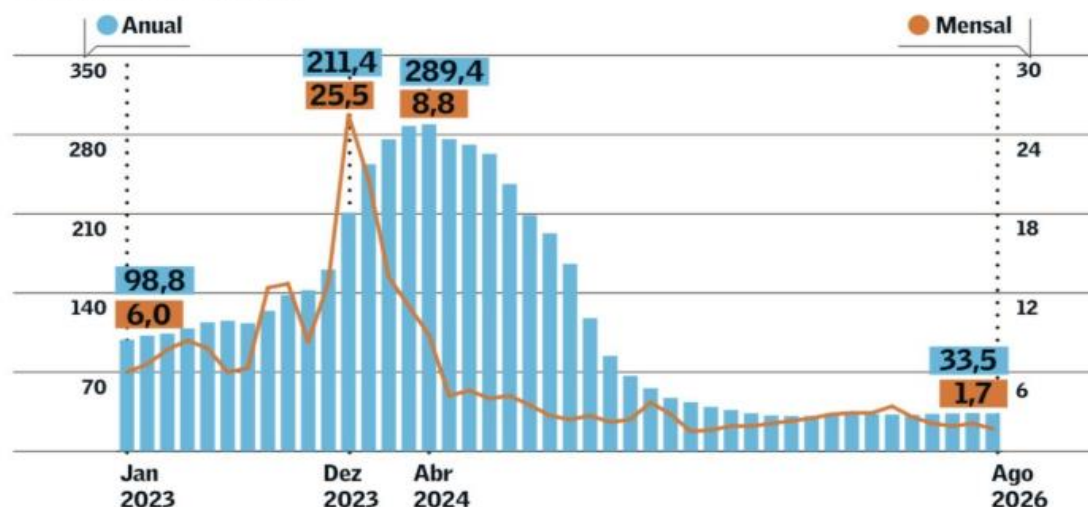
INFLAÇÃO ARGENTINA



Inflação na Argentina

Jornal VALOR 11-set

Taxa anual - em %



Fonte: Indec. Elaboração: Valor Data

Argentinos veem piora da economia sob Milei, apesar da estabilização

Luiza Palermo

De São Paulo

“Sem dúvida, estamos fazendo a Argentina grande novamente”, afirmou o presidente Javier Milei em um discurso recente na conferência do Conselho das Américas, em que elogiou a redução da inflação, da pobreza e os níveis “historicamente altos” do consumo privado, PIB e exportações, entre outros indicadores. Mas, enquanto Milei destaca o “sucesso do modelo de crescimento econômico” implementado por seu governo, uma série de pesquisas realizadas em agosto mostra uma percepção menos favorável entre os argentinos e coloca em evidência o desafio de transformar a estabilização econômica em melhoras tangíveis para a população.

O levantamento QMonitor da consultoria QSocial Big Data, realizado entre 7 e 26 de agosto, mostra que 59% dos argentinos consideram que o país está pior do que quando Milei assumiu a presidência, o maior percentual da série. A mesma pesquisa aponta que 55% avaliam negativamente a situação do país, seis pontos acima da medição anterior.

Estabilização macroeconômica

A forte queda da inflação e o ajuste fiscal representam avanços importantes. A Argentina reduziu desequilíbrios que por anos impediram planejamento, investimento e crédito.

Percepção social permanece negativa

Segundo a pesquisa citada, 59% consideram o país pior do que no início do governo Milei. A estabilização ainda não se converteu em melhora amplamente percebida.

Por que existe essa diferença

Ajustes de tarifas, perda de poder de compra, endividamento e fragilidade do emprego atingem o cotidiano antes que os ganhos macroeconômicos apareçam.

Desafio da próxima etapa

O governo precisa transformar inflação menor e equilíbrio fiscal em crescimento, emprego formal, recuperação de renda e investimentos produtivos.

Credibilidade precisa ser preservada

A disciplina fiscal e monetária sustenta a desinflação. Recuos ou interferências que enfraqueçam essa confiança podem reabrir pressões sobre câmbio e preços.

Crescimento com inclusão

A estabilização será politicamente durável se elevar renda e emprego. Sem resultados concretos para as famílias, aumenta a resistência social às reformas.

Relação com o Brasil

A recuperação argentina favorece exportações brasileiras, turismo e cadeias industriais, especialmente o setor automotivo. Nova crise teria o efeito contrário.

Síntese sobre a Argentina

O país avançou na estabilização, mas ainda não concluiu a transição para um crescimento sustentável. O principal teste será conciliar disciplina econômica e melhora social.

SÍNTESE GERAL DESSA RESENHA



Inflação melhora, mas exige prudência

O IPCA caiu em agosto e voltou ao intervalo da meta, porém parte do resultado veio de energia. As expectativas para 2026 e 2027 continuam elevadas.

Selic inicia queda lenta

O Banco Central reduziu a taxa para 13,75%, sem indicar novos cortes. Inflação futura, risco fiscal e cenário externo limitam uma flexibilização mais rápida.

Economia perde dinamismo

O PIB cresce pouco, o consumo recua e famílias endividadadas restringem a demanda. Empresas sentem o custo financeiro e maior pressão sobre caixa e lucros.

Contas públicas são o ponto crítico

O gasto com juros aproxima-se de R\$ 1 trilhão e o endividamento permanece alto. Um ajuste fiscal confiável é essencial para reduzir juros de forma sustentável.

SÍNTESE GERAL DESSA RESENHA



EUA aumentam o desafio externo

A alta dos juros americanos fortalece o dólar, encarece o financiamento mundial e reduz o espaço para cortes rápidos da Selic.

Diferencial de juros protege, mas diminui

A diferença nominal ainda favorece ativos brasileiros, embora movimentos opostos dos bancos centrais aumentem a sensibilidade do câmbio e dos fluxos de capital.

Setores mostram desempenho desigual

Vendas de veículos crescem, mas produção e exportações recuam.
No sistema financeiro, as liquidações reforçam a necessidade de controles e gestão de riscos.

Conclusão geral

O cenário combina desinflação gradual, atividade mais fraca e riscos fiscal e externo elevados. Empresas e famílias devem manter cautela com crédito, dívida, caixa e investimentos.

RESENHA ECONÔMICA

Realização:



Curadoria:

Ailton Leite e Roberto Vertamatti

Vice-Presidência do Núcleo Economia da ADVB

Lívio Giosa

Presidente da ADVB

*Esta publicação possui finalidade exclusivamente educacional e informativa.
As notícias, imagens, gráficos e demais conteúdos de terceiros são utilizados como referência
para análise e debate econômicos, mantendo-se os respectivos direitos autorais de seus titulares.*